

A trajetória de implantação do Polo de Apoio Presencial de Três Rios, no período de 2000 a 2009

Ana Paula de Sousa Rocha¹
André Luis da Silva Baylão²

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, junto ao CEDERJ e demais instituições de ensino no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase no município de Três Rios, no período de 2000 a 2009. Foi descrito a fundamentação da educação a distância, para em seguida fazer um relato do processo de implementação e da trajetória do polo de apoio presencial de educação a distância em Três Rios.

Palavras chaves: CEDERJ, Universidade Aberta do Brasil, polo e Educação a Distância.

Abstract

This article is the result of a literature and documents, with the CEDERJ and other educational institutions in the State of Rio de Janeiro, with emphasis on the city of Three Rivers, in the period 2000-2009. The reasoning of distance education has been described, then to make a report of the implementation process and the trajectory of the pole-face support distance education in Three Rivers.

Key words: CEDERJ, Open University of Brazil, polo and Distance Education.

1. Introdução

O Polo Regional de Três Rios, integrando o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), um projeto pioneiro de Educação a Distância, no Estado. Criado com o objetivo de dar acesso ao ensino superior a pessoas com pouca disponibilidade de tempo para estudar presencialmente e/ou por morarem distantes das universidades públicas federais e/ou estaduais.

A modalidade se fundamenta em uma proposta educacional em que o aprendizado não ocorre apenas na sala de aula, sendo que o processo de ensino presencial bastante limitado e com poucos recursos. À sala de aula vista dessa forma tradicional, no sentido de uma educação bancária já criticada por Paulo Freire, tem sido contraposta a uma educação presencial dialógica e

¹ Fundação CECIERJ/Diretora e Coordenadora do Polo de Apoio Presencial CEDERJ/UAB Três Rios – RJ/apaulatr@yahoo.com.br

² Fundação CECIERJ/ Tutor Coordenador do Curso de Administração Pública no Polo de Apoio Presencial CEDERJ/UAB Três Rios – RJ/ andrebaylao@gmail.com

problematizadora que pode se estender também para a EAD. Por outro lado, Kenski, aponta a presença das tecnologias de informação e comunicação como um dos grandes apoios para a Educação a Distância:

[...] a interação proporcionada pelas “telas” amplia as possibilidades de comunicação com outros espaços de saber. As informações fluem de todos os lados e podem ser acessadas e trabalhadas por todos: professores, alunos e os que, pelos mais diferentes motivos, se encontram excluídos das escolas ou dos campus: jovens, velhos, doentes, estrangeiros, moradores distantes, trabalhadores em tempo integral, curiosos, tímidos, donas de casa ... pessoas. (KENSKI, 2003, p. 101).

Após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, ampliou-se as possibilidades para a democratização do acesso às universidades e também o meio acadêmico ganhou novas discussões e pesquisas a acerca da inclusão dos novos paradigmas educacionais, incluindo a modalidade à distância.

O interessante da modalidade nesta ocasião discutida foi o oferecimento de oportunidades às pessoas que se encontravam distantes dos grandes centros urbanos de difusão de informação, e vencendo, desta forma, as barreiras do tempo e do espaço e da falta de recursos financeiros para custear mais este objetivo. Neste sentido, a EAD tem um papel relevante, à medida que buscam proporcionar o acesso à informação a um número bem maior de pessoas, espalhadas por lugares até muitas vezes bem distantes. Portanto, pode gerar uma aproximação do aprendiz com os saberes, proporcionando novas perspectivas às pessoas que se encontravam alijadas de estudar.

2. Metodologia

A metodologia utilizada também à pesquisa documental. Conforme Lakatos e Marconi (1997), o uso de fontes estatísticas e arquivos públicos, incluindo a legislação existente, como meio para coleta de dados indica a presença de uma pesquisa documental, pois esta tem como característica principal o uso de fontes primárias em suas análises.

Esta pesquisa limitou seu campo de atuação ao Polo Regional e/ou Polo de Apoio Presencial, da cidade de Três Rios que recebe o nome de “Polo Alencar Jacob CEDERJ/UAB”.

3. Referencial teórico

Segundo Segenreich (2009a), as principais iniciativas legais que têm marcado a trajetória da EAD na realidade educacional brasileira de nível superior são três eixos de atuação que se entrelaçam, muitas vezes por mecanismo de ação e reação: 1º eixo: Institucionalização no sistema – que correspondeu a abertura legal dada pela LDB, que regulamentou a EAD e permitiu o credenciamento de IES para a oferta de cursos de graduação por meio da EAD; 2º eixo: uso da EAD como política de expansão do ensino superior – leis, decretos e portarias,

como a do Plano Nacional de Educação, que incentivavam ou propiciavam a expansão da modalidade a distância na rede privada ou pública e, por último, o 3º eixo que é: implantação/revogação de uma série de normas regulatórias para garantir a qualidade do ensino nesta modalidade .

No que refere à Institucionalização da EAD no sistema e sua contrapartida regulatória, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN – Lei 9394/96, fez com que a EAD fosse reconhecida institucionalmente. Permitiu avanços, admitindo que existisse, em vários níveis, a modalidade a distância, através do seu artigo 80, que prescreve que: “O poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 1996). Este ofereceu abertura ao processo de reconhecimento da EAD no país que, por sua vez, passou a exigir uma definição de políticas e estratégias para sua implementação e consolidação nas mais diversas IES do Brasil.

Com o advento da LDB (Lei 9394/96), tornou-se exigência que os docentes dos diversos níveis de escolaridade apresentassem curso superior de graduação plena como requisito mínimo para o exercício da docência. Conforme o artigo 87§ 3º, da referida lei também indica, os Estados ou Municípios devem “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação a distância” (Brasil, 1996). Determina que cada município, e supletivamente os estados e a União, eventualmente ofereçam cursos a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados. À União cabe o credenciamento das instituições autorizadas a ofertar cursos em EAD, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas (art.87, §3º) são de responsabilidade dos sistemas de ensino as normas para a produção, controle e avaliação dos programas, assim como a autorização para sua implementação. (art.87, § 3º).

Com objetivo de regulamentar o artigo 80, o Executivo Federal baixou o Decreto nº 2.494/98. Ele permitiu o credenciamento de um número significativo de IES tanto públicas ou privadas para a oferta de cursos de graduação por meio da EAD, desde que legalmente credenciados mediante parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado pelo Ministro da Educação por meio de Portaria publicada no D. O. Tal credenciamento era efetivado *in loco* por uma comissão formada por especialistas da área, partindo da análise de documentos e infraestrutura administrativa (instituição), curso (parte pedagógica) e instrumentos (tecnologia e material didático).

3.1 Plano Nacional de Educação (PNE): estabelecendo metas para a educação

Em 2001, por meio da Lei nº 10.172, é aprovado o Plano Nacional de Educação para um período de 10 anos (2001 a 2011). O PNE dedica todo um

capítulo para tratar de EAD e tecnologias educacionais, apontando para sua potencialidade de universalização e democratização da oferta de ensino, além de determinar, como uma das metas de expansão do ensino superior, prover o atendimento de 30% dos jovens de 18 a 24 anos até 2011.

Para atender esta e outras metas, as políticas públicas em relação à EAD mudaram na medida em que o Estado passou a adotar a modalidade como uma das estratégias de expansão do ensino superior.

Segundo Segenreich, o índice percentual de crescimento de IES credenciadas para EAD teve o crescimento significativo de 650%. Analisando os dados por esfera administrativa, constata-se uma discrepância entre o crescimento da rede pública – 200% - em comparação com a rede privada – 4.700%. Não admira que se inverta a balança da predominância da esfera pública em 2001 para a predominância da esfera privada em 2006. É importante registrar a presença do CEDERJ na esfera pública neste período, sendo o polo de Três Rios um dos pioneiros deste projeto.

Em 2001 é aprovada a Portaria 2.253/2001 que abre as portas dos cursos regulares de graduação à inserção da EAD, por meio da introdução, na própria organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos da oferta de disciplinas que, em seu todo ou parte, utilizem métodos não presenciais. O percentual destas disciplinas não pode exceder 20% do total de carga horária do curso em questão. Esta portaria foi reformulada três anos depois pela Portaria 4.059/2004, que regulamenta com mais clareza a introdução de disciplinas no modo semipresencial em até 20% da carga horária dos cursos de graduação reconhecidos. Até então a legislação vigente deixava dúvidas para a interpretação sobre o limite, ficando sempre a questão: “O limite de carga horária não presencial seria 20% de cada disciplina ou 20% das disciplinas do curso?”

Segenreich (2006) concluiu, ainda, que a substituição de uma portaria pela outra abriu portas para que outros tipos de IES, não universitárias, inclusive as particulares (privadas no sentido estrito), possam abrir cursos mediante uma simples comunicação ao MEC.

Outro ponto que merece também registro, na análise dessas duas portarias é que a opção pela modalidade semipresencial, na Portaria 4.059/2004 é bem mais precisa na valorização da presença do tutor. Percebe-se, nos acréscimos feitos na segunda portaria, a preocupação em garantir os encontros presenciais com presença de tutores qualificados e com vínculos discriminados em relação aos dois tipos de relacionamento - presencial e a distância – com os alunos.

Decreto 5.622/2005, que indica que os atos governamentais relacionados a EAD deverão ser pautados pelos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância que busca não somente regulamentar o art. 80 da LDB, mas também funcionar como uma política pública indutora com vistas à ampliação e ao

fortalecimento da EAD no país (Brasil, 2005), em todos os níveis de ensino. Foi preciso aguardar nove anos pós LDB, pela publicação de uma legislação mais abrangente sobre EAD, detalhando regras a serem aplicadas sobre a modalidade nos diferentes níveis de ensino regular.

Conforme o Art. 2º do Decreto 5.622/2005 a Educação a Distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: I - educação básica; II - educação de jovens e adultos (EJA); III - educação especial; IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas: técnicos, de nível médio e tecnológicos, de nível superior; V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas: seqüenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado. (BRASIL, 2005)

No que se referem à educação superior, cinco características que começam a dar um contorno mais definido ao modelo oficial de EAD no Brasil, segundo Segenreich (2006, pp.170 – 173): A manutenção do credenciamento específico para a modalidade de EAD; A abertura do leque de oferta de cursos de nível superior (mestrado e doutorado) e de tipos de instituições credenciáveis (instituições de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privadas); A definição da territorialidade geográfica e institucional dos cursos no ato de credenciamento da instituição permitindo-se o estabelecimento de bases territoriais múltiplas, mediante formação de consórcios, parcerias; A manutenção dos momentos presenciais não somente para a avaliação final, defesa de monografia ou trabalho de final de curso, mas, também, a estágios e atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso; A oferta de 20% de disciplinas na modalidade semipresencial, nos cursos existentes.

3.3. Proposta do CEDERJ (Rio de Janeiro)

Criado oficialmente no ano de 2000, o Centro de Educação Superior a Distância - Consórcio CEDERJ, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. A proposta original nasceu no final dos anos 90, através do educador Darcy Ribeiro, que idealizou um modelo de educação a distância que oferecesse aos jovens do interior do estado a oportunidade de fazerem cursos de nível superior, sem que fosse necessário deixarem suas cidades. Ao longo dos anos a idéia concretizou-se e expandiu, e passou a servir como modelo para diversas outras instituições de ensino a distância, inclusive foi uma referência para que o governo federal instituisse a Universidade Aberta do Brasil.

Um dos marcos diferenciais do CEDERJ ao longo desses anos foi conseguir congrega os esforços das três esferas do governo - municipal, estadual e federal - e unir as principais universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade do Rio de Janeiro (UniRio); Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

As IES relacionadas acima, respaldam o Consórcio CEDERJ no tocante à responsabilidade com a elaboração do conteúdo do material didático; elaboração das Avaliações a Distância - AD's e Avaliações Presenciais - AP's; em relação ao atendimento ao aluno via tutoria à distância, firmando assim o compromisso de certificar os alunos inseridos nesta modalidade de ensino.

Ao final do ano 2001, o Consórcio CEDERJ foi unido à autarquia CECIERJ (Fundação do Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro), passando a se chamar Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ. Esta união permitiu contar com a infra-estrutura de diversos centros de apoio distribuídos no interior do Estado.

O CEDERJ tem por objetivo: contribuir para a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro; tendo como meta primordial a facilitação do acesso ao Ensino Superior daqueles que se encontram impossibilitados de estudar no horário tradicional; atuar na formação continuada, a distância, de profissionais do Estado, com atenção especial para o processo de atualização de professores da Rede Estadual e Municipal de Ensino Médio e também aumentar a oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação neste Estado.

4. A trajetória do polo de Três Rios: do CEDERJ à UAB

Foram várias as reuniões prévias para a negociação do projeto, algumas decisões políticas e diversos acordos para se consolidar a formação de um consórcio entre as universidades públicas para fins de formar alunos na modalidade à distância.

Descrita, pela então presidente do CEDERJ, um dos posicionamentos do prefeito em uma das negociações quanto à possibilidade do apoio das prefeituras municipais nas implantações dos polos nas cidades do interior do estado. Preocupava-se principalmente com os custos financeiros desta implementação e a questão da falta de clareza da proposta.

4.1 A institucionalização e instalações físicas do Polo de Três Rios

O polo de Três Rios foi um dos quatro primeiros polos do CEDERJ, implantados nas cidades do interior do estado do Rio de Janeiro, juntamente com os municípios de São Fidélis, Itaperuna e Paracambi.

A primeira seleção de entrada dos alunos aconteceu para esses polos ao mesmo tempo, por meio do vestibular que ocorreu no segundo semestre de 2001, com o total de 160 vagas, distribuídas igualmente entre os polos e voltado exclusivamente para o curso de Licenciatura a Distância em Matemática. Três universidades ficaram com a sua coordenação e diplomação: Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Para as universidades, tudo leva a crer que foi um momento muito importante, a marca

de uma nova etapa na tradição de Ensino Superior Público, com certeza gerou inquietações, assim como foi uma iniciativa diferente para o município, apesar da falta de conhecimento mais profundo do seu teor.

Em consulta aos materiais encontrados na secretaria do polo sobre o curso pode-se averiguar que este objetivava formar professores de Matemática para o Ensino Fundamental e Médio e em sua organização didático pedagógica foi considerada a metodologia de ensino que privilegia atitude construtivista como princípio educativo incluindo: a articulação entre teoria e prática no percurso curricular; o planejamento de ações pedagógicas e tecnológicas, considerando as necessidades de aprendizagem e o perfil cultural dos alunos; o acompanhamento tutorial, sendo tutores orientados e supervisionados pela coordenação de tutoria e com participação dos docentes responsáveis pelas disciplinas. O curso tinha duração máxima de 15 semestres e duração mínima não determinada.

Quanto ao nosso objeto de pesquisa o Pólo³ de Três Rios começou a funcionar neste seu primeiro endereço no ano de 2001, no CIEP⁴ 427 - Prefeito Alberto da Silva Lavinias, localizado à Rua Evaristo Francisco Machado, nº 427, na Morada do Sol, no Bairro de Vila Isabel. Este CIEP não tinha utilização no horário noturno, com isso tornou possível sua utilização como Polo por uns poucos meses, apenas.⁵

Percebe-se que foi um desafio para o poder público e também para todos os atores envolvidos no projeto a consolidação de um polo na cidade. Passou-se por muitas dificuldades no CIEP até se tomar a iniciativa de que seria necessário mudar de endereço. Partindo esta decisão, a direção do Polo negociou com a Secretária de Educação e com o Coordenador da Cultura a concessão de espaços para o funcionamento do Polo, já que no CIEP não era possível continuar.

Numa mudança, foi possível organizar para tornar este espaço um lugar de referência física para os alunos inseridos na modalidade à distância, com modelo semipresencial de curso bem distinto de tudo o que aqueles profissionais conheciam. A nova sede do polo contava com uma secretaria, sala para a direção e tutores, um laboratório de Informática e umas duas salas para as tutorias e que, por estar localizada no centro da cidade, facilitava o

³ Polos Regionais: É uma estrutura adotada pelo CEDERJ que se assemelha ao campus universitário, neles os alunos tem a sua disposição laboratórios, biblioteca, e toda a infraestrutura necessária ao estudo, acesso ao material didático, aos tutores presenciais disponíveis, para o atendimento semanal e para orientá-los nas atividades curriculares, além dos serviços de secretaria acadêmica.

⁴ Centro Integrado de Educação Pública são escolas de tempo integral, criadas no estado do Rio de Janeiro, no período das duas gestões do governador Leonel de Moura Brizola.

⁵ Ele percorreu ainda três locais bem diferenciados, antes de se estruturar em seu quarto e definitivo endereço no Colégio Municipal Walter Francklin.

acesso de todos. Pelos relatos, vários outros imóveis foram avaliados e recusados pela Direção Geral do CEDERJ, até que se encontrou este que foi considerado mais ou menos satisfatório e nele foi instalado, em abril de 2002. Entretanto, obtido o imóvel, era preciso equipá-lo.

Para a organização do efetivo funcionamento do Polo foi preciso firmar o convênio⁶ entre as partes: SECT, CEDERJ, FENORTE e a Prefeitura Municipal de Três Rios, com as respectivas assinaturas do Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, do Superintendente de Ensino a Distância, da Presidente da Fundação Estadual Norte Fluminense e, finalmente, pelo Prefeito Municipal de Três Rios. Este ato foi assinado na cidade do Rio de Janeiro no dia 17 de setembro de 2001. O convênio objetivava a criação e manutenção operacional do Polo Regional, junto a Prefeitura Municipal de Três Rios conforme cláusula quarta do Convênio que criou o consórcio CEDERJ em Três Rios, na data de 26 de janeiro de 2000.

Neste interregno a Câmara Municipal decretou e o Prefeito sancionou a Lei nº 2.593 de 20 de março de 2002, que designa criação e manutenção operacional do polo regional de Três Rios do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro, a fim de criar empregos públicos e dá outras providências⁷. Estes “empregos públicos” são relacionados aos funcionários da secretaria, agentes administrativos, Técnico de Informática, Auxiliar de Laboratório de Física, Auxiliar de Laboratório de Biologia e Auxiliares de Serviços Gerais, equipe esta contratada pela prefeitura local. Posteriormente, em 2006 a Lei nº 2930 de 24 de abril – Dá nova redação e acresce os artigos 1º e 3º Lei nº 2.593/2002. É importante registrar que somente o Polo de Três Rios, de todos os outros no Estado do Rio de Janeiro, é o único que possui legislação específica de criação e manutenção.

O polo tinha duas turmas de Licenciatura em Matemática, mais ou menos uns 70 alunos matriculados, em sua maioria eram alunos de Três Rios e também de outros municípios tais como: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Miguel Pereira, Areal e Paraíba do Sul. Percebia-se, também, que Três Rios apresentava uma grande demanda para outros cursos. Mas como isso seria possível sem o espaço necessário para que isso se consolidasse?

4.3 O ano de 2003 como marco divisório

O ano de 2003 foi um ano importante para a história do ensino superior do município e também deste polo, não somente quanto à conquista do espaço físico como também na questão da entrada de novos cursos.

⁶ Convênio: Convênio que entre si celebram o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ciência e Ensino Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Três Rios, para a implementação e manutenção operacional do Polo Regional da Fundação CECIERJ em Três Rios.

⁷ Outra Lei nº 2930 de 24 de abril de 2006 que dá nova redação e cria empregos públicos para o cumprimento do convênio.

Foi tomada uma atitude não muito bem vinda naquela época, que foi a desapropriação de um Colégio Cenecista, um ano e pouco após a instalação do Polo na Rua Rita Cerqueira. O prefeito da época, em um livro de sua autoria, retrata esta situação por ele vivenciada:

No município de Três Rios funcionava um colégio da CNEC⁸, o Colégio Cenecista Walter Francklin que já tinha uns 60 anos de tradição. Funcionando nos três turnos e atendia alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e sempre teve um número razoável de alunos. Porém, por volta do ano de 2000 com as mudanças administrativas em sua Direção Geral, atravessou um momento muito crítico com a inadimplência dos alunos, perda da qualidade o que resultou em atraso no pagamento de seus professores e funcionários e uma diminuição significativa de 60% de suas matrículas.

Percebendo a situação, o prefeito do município na época vislumbrou este espaço e com uma idéia que foi considerada bem utópica pelos que acompanharam a situação, que era de transformar aquele espaço em um prédio com várias faculdades permitindo ao aluno entrar na Educação infantil e já sair com a pós graduação.

Então, foi necessária uma atitude não muito bem aprovada naquela ocasião, que foi a desapropriação de um colégio cenecista após batalhas jurídicas. O então prefeito, em livro de sua autoria, ele dá sua versão de como surgiu essa idéia:

...ainda não passava de sonho a idéia de construir um centro universitário na cidade para abrigar todos os cursos de ensino superior. Mas, com esforço conjunto, e digamos também, com um tanto de criatividade jurídica e intelectual, o sonho se transformou em uma realidade palpável e substancial. ...foi apresentado à realidade no dia 17 de fevereiro de 2003, após desgastes batalhas jurídicas. A grande mudança não estava apenas na rápida concretização do sonho, mas literalmente também na própria estrutura dele. Em vez de canteiros de obras, um prédio bem localizado e estruturado: o Colégio Walter Francklin. Eu confesso que já estava resignado com um projeto a longo prazo quando entendemos que uma solução mais rápida seria arrendar o espaço do colégio. Levamos essa proposta à direção a CENEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – mas ela não aceita. Foi então que surgiu a proposta de desapropriarmos o colégio. (JACOB, 2004 p.105)

Mediante a decisão favorável à desapropriação, a escola passou a ser chamada Colégio Municipal Walter Francklin e abriu matrículas novas para o ano letivo de 2003, recebendo mais de 750 alunos. No ano seguinte a

⁸ CNEC – A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC é expressivo movimento de educação comunitária existente na América Latina. Surgiu em 29 de julho de 1943, no Recife - PE, do ideal de um grupo de estudantes universitários, liderados por Felipe Tiago Gomes.

matrícula subiu para 1200 alunos.

Tendo em vista que o colégio funcionava nos períodos matutino e vespertino, ficando o espaço desocupado no período noturno, o prefeito toma algumas decisões para ocupar este espaço ocioso: instituir naquele espaço o CEDERJ que ainda permanecia apenas com o curso de matemática; instalar o Instituto Superior de Educação ISE/ FAETEC com curso Normal Superior; abrigar a FETRI⁹ – UFRRJ com os cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas.

Com a transferência de endereço do Polo de Três Rios, em março de 2003, ele recebeu três salas do segundo andar e um espaço que, na época do colégio cenequista abrigava o arquivo morto, passou a ser a secretaria do polo. Esta expansão de espaço físico se tornou um momento de conquista mas ainda existiam várias salas sem utilização no período noturno.

Em novo endereço do Polo de Três Rios, compartilhando espaço com a escola municipal que atendia alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio, com o ISE - FAETEC com o curso Normal Superior e com a FETRI – Fundação Educacional de Três Rios, passou-se a ser chamado de “condomínio”. Dessa denominação surgiu, pois gerenciar um prédio com várias instituições utilizando o mesmo espaço não é nada simplório.

O polo do CEDERJ conseguiu novas salas do segundo andar para a implementação dos Laboratórios de Física 1 e de Bioquímica (antigo Laboratório de Ciências do Colégio Cenequista Walter Francklin). Com a ampliação do espaço e incorporação de salas especializadas, o Polo de Três Rios pode abrir vagas para três novos cursos de graduação que foram: Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Física, ambos coordenados e diplomados pela UFRJ e Pedagogia para as Séries Iniciais, coordenado e certificado pela UNIRIO.

Com estas mudanças que ocorreram no ano de 2003, foi possível, ofertar inscrições para o 3º Vestibular (2003/2) e este veio a ter expressivo número de inscritos.

Entretanto, mesmo com todas as instituições alocadas em seus devidos espaços, a ampliação da oferta de cursos e o fato dos vestibulares de todos os estabelecimentos estarem acontecendo semestralmente, levaram a escassez salas de aula para atender a demanda das universidades condominadas.

Não se pensando somente em prédio, infra-estrutura e novas salas, mas na garantia de novas ofertas de cursos e para atender a demanda do município e regiões circunvizinhas, foi necessário construir uma extensão do prédio que é

⁹ FETRI: Fundação Educacional de Três Rios, fundada em 1998, que foi através dela que trouxe a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com os cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas.

chamado por todos por “anexo”. Ele foi inaugurado em novembro de 2004, com mais 9 (nove) salas de aula e um auditório que comporta 170 pessoas que homenageia o Prof^o Darcy Ribeiro¹⁰. É este auditório compartilhado com as outras instituições que o CEDERJ utiliza para realizar suas Aulas Inaugurais, os Seminários, Fóruns, Semanas Acadêmicas, as Visitas Docentes, Formaturas e diversos outros eventos.

Em 2005, com a oferta de vagas para o curso de Tecnologia em Sistemas de Computação, no Polo de Três Rios, foi imprescindível a implementação de mais um laboratório de informática, o INFO 2, que ficaria exclusivamente para os alunos deste curso, por suas especificidades, conforme a exigência da UFF que é a IES que chancela o curso.

4.4 Nova infraestrutura no biênio 2006 - 2007

O novo projeto incluía a aquisição de “novas” salas que se transformariam em laboratórios, outros espaços no colégio para se tornar Biblioteca, laboratório de livre acesso, sala de estudos e até mesmo a ampliação da secretaria e algumas outras modificações. Depois de aprovado pelo prefeito, o projeto passou pela licitação e a secretaria de obras acompanhou a execução do projeto, todo ele financiado pela prefeitura do município.

Este novo espaço ficou totalmente pronto em agosto de 2007. Com ele poderia se contar, agora, com um espaço melhor, maior e mais digno para receber os alunos. Praticamente todo o segundo andar ficou para o CEDERJ, assim distribuído: uma ampla sala de secretaria, com saleta de espera, sala de tutores com 3 computadores em rede e uma mesa para pequenas reuniões, sala para diretora e coordenação, banheiro, cozinha. Além disso, uma enorme sala, que quase não era utilizada por nenhuma das instituições do “condomínio”, se desdobrou em biblioteca, laboratório de livre acesso com 20 computadores em rede e sala de estudos (3 em 1), mais 3 salas que comportavam 40 alunos para acontecer as tutorias presenciais. Onde funcionava a secretaria passou a ser a Distribuição de Material Didático e onde era a distribuição conjugada com a biblioteca, agora ficou sendo o novo laboratório de Microscopia.

4.5 A entrada da UAB no polo de Três Rios - 2006 - 2009

Vale ressaltar, que o financiamento desde a fundação do CEDERJ em 2000 até o ano de 2005 foi suportado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura de Três Rios conforme rege o convênio; mesmo a última obra de expansão (2006/2007) acima mencionada. Porém, a partir de 2006, o consórcio passa a integrar ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Ministério da Educação, passando a receber também recursos do Governo

¹⁰ Darcy Ribeiro considerado como patrono do CEDERJ foi um dos idealizadores do projeto, morreu sem ver este concretizado.

Federal. Com isso, todos os Polos Regionais do CEDERJ passaram a ser também UAB.

O Polo de Três Rios passou a ser reconhecido, desde o Edital nº 1, como “Polo de Apoio Presencial Alencar Jacob CEDERJ/ UAB”; como todos os outros do Estado do Rio de Janeiro foram instituídos, CEDERJ/UAB, na verdade o CEDERJ é referência nacional em EAD e serviu de inspiração para se criar a UAB.

Com a entrada da UAB, o CEDERJ acabou recebendo além dos recursos estaduais, também recurso do Governo Federal. Algumas situações melhoraram e há destaque nas experiências trocadas entre os vários pares pelo Brasil afora pelo pioneirismo do projeto CEDERJ.

Destaca-se também com a entrada da UAB, que o polo foi beneficiado com a oferta de dois cursos de Pós - graduação e mais 50 computadores para compor um laboratório de informática (INFO3), este de utilização exclusiva para os cursos de especialização e os outros foram alocados no laboratório já existente para os cursos de licenciatura. O curso de especialização de NTEM- “Novas Tecnologias para o Ensino da Matemática”, coordenado pela UFF, teve início em novembro de 2007, com oferta de 50 vagas. Já em janeiro de 2008, cancelado pela UNIRIO, o polo ofertou 50 vagas para o curso de Educação Especial. Ambas as turmas foram concluídas e neste ano já foram abertas novas turmas e para o ano de 2010 está previsto o edital de ofertas de vagas para a Especialização em Gestão em Saúde Pública pela UFF.

Ficou claro que o Polo de Três Rios também passou por algumas modificações após a entrada da UAB. Resta saber como estas modificações foram percebidas (ou não) por dois atores em posições bem diferentes e quais são suas expectativas com relação ao governo federal.

No ano de 2009, o Polo começou a receber os alunos oriundos da Plataforma Freire, porta de entrada do Plano Nacional de Formação de Professores – FORPRO - para professores em serviço que atuam na educação básica e ainda não possuem graduação. O CEDERJ também ficou com a gestão deste processo, realizando o sorteio para o preenchimento das vagas oferecidas pelas universidades consorciadas conforma o relato da presidente do CEDERJ:

Estas duas percepções sobre o FORPRO são bem divergentes, vista sob os dois olhares, de um lado o sistema e de outro a prática do projeto em si.

5. Considerações finais e recomendações

Analisando o espaço do polo pesquisado, verifica-se que ele, em termos de espaço físico, atende o definido no edital da UAB. É um local estruturado de modo que atende adequadamente aos alunos inseridos no modelo semipresencial. O que precisará é adequar a realidade das novas demandas com oferta de novos cursos e vagas.

Quanto à questão da acessibilidade, outra exigência do MEC, este polo possui várias escadas para acesso aos três andares, rampas para cadeirantes e banheiros adaptados.

O que se poderia discutir em relação a este modelo seria a ênfase em uma função muito operacional dos polos, totalmente dependentes das propostas educacionais das IES a que estão vinculadas, muitas delas com propostas diferentes entre si.

Os polos de apoio presencial desempenham um relevante papel no processo de inserção dos alunos na modalidade de ensino a distância e semipresencial, pois muito dos ingressantes nos cursos, são oriundos da modalidade presencial, obtendo o primeiro contato com a realidade a distância somente no polo; com toda a estrutura funcional e o desempenho dos tutores presenciais se torna fundamental para que os alunos sejam integrados ao sistema de forma gradativa e consistente aos cursos e ao desenvolvimento autônomo do ensino.

A experiência relatada no presente artigo busca compreender o processo de implementação de um polo de apoio presencial, tanto nos aspectos físicos e acadêmicos bem como a relação com o poder público municipal.

A educação a distância é uma realidade, contudo a busca pelo seu aprimoramento é condição básica para o ensino seja um importante instrumento de igualdade social, contribuindo no desenvolvimento econômico de forma sustentável.

6. Referências bibliográficas:

BRASIL. *Decreto 1.237/94*. Educação à Distância SINEAD, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1237.htm (Acessado em: 26 de julho de 2008).

BRASIL. *Decreto- Lei nº 236/67*. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0236.htm (Acessado em: 12 de março de 2009).

BRASIL. *Decreto nº 6755/2009*, Plano Nacional de Formação de Professores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option> (Acessado em 07 outubro de 2009).

BRASIL. INEP. Brasília. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), 2004. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. (Acesso em: 05 de agosto de 2008).

BRASIL. *Lei 10.861 de 14 de abril de 2004*. Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. (Acesso em: 05 de agosto de 2008).

BRASIL. *Lei nº 10.172* de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. (Acesso em: 10 dez. 2007).

BRASIL. *Lei nº 11.273 de 09 de fevereiro de 2006*. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm. Acesso em 10 de maio de 2007).

BRASIL. *Lei nº 11.502/07*. Disponível em:

BRASIL. *Portaria 318 / 09*. Transfere à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a operacionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2009/Portarias/02.04.09/n318_02.04.09.pdf (Acessado em: 15 de setembro de 2009).

BRASIL. *Portaria 4059 / 01*. Oferta de disciplinas semipresenciais em cursos presenciais reconhecidos. Disponível em: <http://www.ead.unifei.edu.br/Legislacao/files/12-portaria-n-4059.pdf> (Acessado em : 26 de julho de 2009).

BRASIL. *Portaria Normativa nº 2 de 10 de janeiro de 2007*. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação na modalidade a distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf>. (Acessado em: 23 dez. 2007).

BRASIL. *Referenciais de qualidade para cursos a distância*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/Referenciaisdeead.pdf>. (Acesso em: 10 jun. 2007).

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2006, Seção 1, p.11.

BRASIL. SEED/MEC. *Edital de Seleção UAB nº 01/2005*. Disponível em: <http://www.uab.mec.gov.br>. (Acessado em: 8 dez. 2007).

BRASIL: MEC, Secretaria de Educação a Distância, Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores. 2006. IN. *Educação superior a distância: uma estratégia para a avaliação institucional*. BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. p.51 a 65. 2006.

CEDERJ. *Manual do CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Fundação CECIERJ. 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JACOB, Celso Alencar Ramos. *A educação venceu - Uma saga em duas décadas - Histórias e Testemunhos*. Juiz de Fora: Editar Editora associada Juiz de Fora, 2004.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância*. São Paulo: Papirus, 2003.

MARCONI, Mariana Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1997.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. A Inclusão da Tutoria no Processo de Avaliação dos Cursos de EAD. In: JACOB, Vera Lúcia; SILVA, João dos Reis Silva Jr. *Educação superior e diversidade regional*. Belém: EDUFPA, 2008, p. 427 – 446.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. Desafios da Educação a Distância ao sistema de educação superior: o triplo papel da avaliação. *Educar em revista*. Curitiba: UFPR, n. 28, p.161 -178, 2006.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. *Expansão da educação Superior pós – LDB/1996 e EAD*. Trabalho apresentado no XVI Seminário Nacional Universitas realizado em Campo Grande/MS, dezembro de 2009.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. *Pró-Posições*. Campinas, SP: Unicamp. V.20 n.2 (59), Maio/agosto de 2009, p. 205 – 222. 2009b.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte; NEVES, Antonio Maurício Castanheira. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio. V.17, n.62, jan./mar 2009, p. 55 – 86. 2009.